

Castro e Lewandowski criam escritório de combate ao crime organizado

Gabinete servirá para acabar com as burocracias e unir as forças estaduais e federais contra o narcotráfico no Rio

Por Paula Vieira e Marcelo Perillier

Um escritório unindo governos federal e estadual para combater o crime organizado no Rio de Janeiro. Esse foi o denominador comum da reunião entre o governador Cláudio Castro e o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, nesta quarta-feira (29), no Palácio Guanabara. O gabinete terá como líderes o secretário estadual de Segurança Pública, Victor dos Santos e o secretário Nacional de Segurança Pública, Mário Sarrubbo.

O governador Cláudio Castro tratou de falar da parceira com o governo federal para o enfrentamento da questão, ressaltando que o principal é a segurança do cidadão.

“Todos nós temos o mesmo objetivo, que é dar segurança para as pessoas. O Rio de Janeiro é um dos principais epicentros do problema e tem que ser tratado de maneira especial. O ministro nos colocou algumas ofertas do governo federal prontamente aceitas. Daqui saiu uma proposta concreta: a criação de um escritório de combate ao crime organizado”, disse Castro, complementando como funcionará esse escritório:

“As ações serão integradas, inclusive na perspectiva de seguir burocracias, respeitando cada órgão, mas derrubando barreiras para atender o cidadão. Saimos daqui hoje todos embuidos desse propósito comum de melhorar a segurança pública do nosso estado e de todo o país”, finalizou.

O ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, salientou que o escritório servirá de embrião para a proposta da PEC da Segurança Pública, de unificar as ações federais e estaduais no combate aos criminosos.

“Vamos tomar medidas emergenciais, onde vamos conjugar as forças nacionais e estaduais para lidar com os problemas desta crise. É um fórum onde as forças vão conversar e tomar decisões rapidamente até que a crise seja superada. É um embrião do que queremos criar com a PEC da Segurança Pública, com a união das forças federais, para enfrentar o crime organizado”, afirmou Lewandowski, não esquecendo de falar outras medidas a serem feitas no Rio:

“Disponibilizamos vagas ao governador para presídios de segurança máxima, peritos criminais que podem ser recrutados, médicos, legistas, peritos, um bando de dados sobre DNA e balística. Estamos colocando tudo isso à disposição do governador. Vamos aumentar o efetivo da Força Nacional e da Polícia Federal. Na PF, vamos atuar com inteligência para rescapitalizar o crime. Há um engajamento da PF para não só abrir um inquérito para investigar, desenvolvendo ações de inteligência, cooperar com a Coafe e Receita Federal, na ADPF 635”, finalizou o ministro.

Lewandowski também disse que existe uma limitação de recursos no âmbito federal, mas que vai “cooperar com o estado dentro do possível para superar o mais rápido possível essa crise de segurança, pois o problema



Reunião entre Castro e Lewandowski no Palácio Guanabara



Coletiva das equipes federais e estaduais para anunciar o escritório de combate ao crime

de uma unidade federal é problema de toda a União”.

GLO

Sobre a questão de implementar uma Garantia da Lei e da Ordem (GLO) no Rio de Janeiro, tanto Lewandowski quanto Castro foram taxativos de que o assunto não foi tratado no momento.

“Não há nenhuma posição do governo federal contra ou a favor da GLO, não nos manifestamos. A GLO é uma operação excepcional em que as forças armadas comandam a segurança local. Depende de uma solicitação do governador, que reconhece a incapacidade das forças locais em situação de crise. Nós não excluímos e não pedimos que se faça. Mas o pedido depende do governador”, disse o ministro.

Já Castro, fez questão de dizer que termo veio à tona pelas negativas solicitadas anteriores.

“Da nossa parte nem se cogitou pe-

dir GLO. Sempre falei que a situação das forças de segurança do Rio são completamente diferentes de 2018. Hoje, a força é capacitada, recebe bons salários, tem infraestrutura e tecnologia. Não preciso que o governo federal venha fazer meu trabalho, como já se precisou em governos anteriores. O que eu falei e repito é o que precisamos é que cada entidade faça seu trabalho de forma integrada. Os poderes são independentes e harmônicos entre si. O governo estadual não pensou em pedir que o governo federal fizesse nosso trabalho. Temos todas as condições, como demonstrei. O RJ tem condições de vencer batalhas, mas não a guerra”, salientou o governador.

Reunião com os governadores

Os desdobramentos da Operação Contenção realizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro continuaram na manhã desta quarta-feira (29), com a

realização de uma reunião entre Cláudio Castro (PL) e os governadores Tarcísio de Freitas (Rep-SP), Ronaldo Caiado (União-GO), Jorginho Mello (PL-SC) e Eduardo Leite (PSD-RS). No Palácio Guanabara, sede oficial do governo estadual, Cláudio Castro destacou a operação como um “sucesso”.

“Ontem foi um dia histórico para o Rio de Janeiro, a maior operação da história da polícia. Na reunião com os governadores, foi demonstrada solidariedade e apoio, parabenizando a ação. Temos condições de vencer batalhas, mas sozinhos não dá para ganhar uma guerra contra o estado paralelo, que tem um poder bélico e financeiro cada vez maior”, discursou o governador.

Após declarar que não solicitou ajuda do governo federal para a operação por considerar que teria uma nova resposta negativa para uma GLO (Garantia da Lei e da Ordem), Castro rebateu críticas recebidas por políticos e ministros.

Paula Vieira/ Correio da Manhã



Coletiva da cúpula de segurança do Rio sobre os dados da Operação Contenção

A medida permitiria a intervenção das Forças Armadas no Estado, mas o governador disse que não iria “ficar chorando” por apoio. Ele também “proibiu” os secretários estaduais de darem declarações que não sejam pró segurança pública.

“Deixo claro que o governador desse estado e nenhum secretário vai ficar respondendo ministro, autoridade, nem ninguém que queira transformar esse momento em uma batalha política. Todos os que quiserem somar, são bem-vindos. Os que querem fazer política-gem, nosso único recado é ‘suma’. Não entraremos nessa armadilha de querer politizar uma das maiores ações que já houveram (...) Esperamos que o Governo Federal tenha foco de integração e de financiamento, já que essa preocupação é de tantas autoridades”, destacou.

A operação acontece após investigação de um ano, com mais de 60 dias de planejamento em conjunto com o Ministério Público, para o cumprimento de mandados judiciais. O governador confirmou conversas com o ministro da Casa Civil, Rui Costa, solicitando a abertura de dez vagas em presídios federais para a transferência dos detidos.

Dados da operação

No início da tarde, na Cidade da Polícia, na Zona Norte do Rio de Janeiro, o delegado e secretário estadual da Polícia Civil, Felipe Curi, informou que oficialmente, a megaoperação resultou, até o momento, na prisão de 113 criminosos e morte de 117 suspeitos e quatro policiais. Também foram apreendidas 118 armas, sendo 91 fuzis, além de pistolas, revólver e artefatos explosivos. Algumas armas tinham a gravação do nome de outros estados e frases “CV AM” e “tropa de Manaus”. Entre os presos estão criminosos do Amazonas, Pará, Ceará e Pernambuco, o que ampliará as investigações.

No Palácio Guanabara, Cláudio Castro garantiu que o Estado prestará apoio aos familiares dos policiais mortos em confronto. O governador também declarou que conversou com o prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), visando medidas conjuntas para a retomada da rotina da capital.

“Graças as nossas ações em conjunto, a vida na vida na cidade vai retomando a normalidade, o transporte público está em funcionamento. Esperamos que escolas, empresas voltem a funcionar, para que a gente possa utilizar o que foi feito ontem como o início de um grande tempo, em que todos vão poder trabalhar juntos e vamos poder livrar cariocas e fluminenses da criminalidade”, garantiu.